



Superior Tribunal
Militar

SIMULADO ESPECIAL

STM

Analista Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial STM (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/onDjFZDKXZWWzinC9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

O ranking global de capacidades militares, divulgado anualmente pelo GlobalFirePower (GFP), revelou as nações com as maiores forças armadas do planeta em 2025.

O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis, proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país.

Não obstante, ele deve ser **considerado com cautela** porque não considera alianças como a OTAN ou fatores como estabilidade política de cada nação.

Os Estados Unidos lideram novamente o ranking, consolidando sua posição como a maior potência militar do mundo. Na segunda colocação aparece a Rússia, enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos.

O ranking também destaca a presença de potências emergentes, como Índia, que ocupa o quarto lugar, e Turquia, em nono. Entre as nações ocidentais, o Reino Unido, a França e a Itália aparecem como as principais forças militares europeias.

São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025, de acordo com o índice GFP: Estados Unidos; Rússia; China; Índia; Coreia do Sul; Reino Unido; França; Japão; Turquia; Itália.

O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina, com capacidades militares superiores às de seus vizinhos, mas ainda distante das dez primeiras colocadas no cenário global.

<https://revistaforum.com.br/global/2025/1/9/estas-so-as-10-maiores-potncias-militares-do-mundo-em-2025-segundo-indice-gfp-172244.html>

Sobre as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do texto que a posição de um país no ranking do GlobalFirePower (GFP) depende exclusivamente do tamanho de suas forças militares.
2. Depreende-se que o ranking do GFP decorre de uma análise complexa, que não pondera alianças militares.
3. Conclui-se que os Estados Unidos mantêm sua liderança no ranking devido à sua crescente expansão militar nos últimos anos.
4. De acordo com o texto, o Brasil é a maior potência militar da América Latina, mas ainda está longe das dez maiores do mundo.
5. O texto sugere que o hemisfério sul está defasado em termos de poderio militar, uma vez que as dez maiores potências militares mencionadas no texto pertencem ao hemisfério norte.
6. Do segmento “Os Estados Unidos lideram novamente o ranking” infere-se que os EUA lideraram a lista em todos os ranqueamentos anteriores.
7. No trecho 'São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025', a inversão para 'As 10 maiores potências militares do mundo em 2025 são estas' mantém a correção gramatical e o sentido do texto.
8. O uso de “estas” (6º parágrafo) é um recurso coesivo anafórico.

9. No trecho 'Enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos' (4º parágrafo), a vírgula é obrigatória.
10. No trecho 'O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina', a oração subordinada tem valor explicativo.
11. Sem prejuízo à coerência, o trecho 'O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis' poderia ser corretamente reescrito como 'O índice avalia mais de 60 fatores, como, por exemplo, o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis', sem prejuízo do sentido original.
12. No trecho 'proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país', o termo 'proporcionando' introduz uma circunstância causal.
13. Sem prejuízo aos sentidos do texto, a expressão "não obstante" (3º parágrafo) poderia ser substituída por "conquanto".
14. Manteria a correção gramatical e a coerência do texto a inserção de "o qual é" antes de "divulgado" (1º parágrafo).
15. A flexão da forma verbal "lideram" (4º parágrafo) é facultativa, tendo em vista que o sujeito é "Os Estados Unidos".

TEXTO II

Pesados passos retumbam na face da terra anunciando a tenebrosa aproximação da Terceira Guerra Mundial. Já se escutam os redobres dos gastados couros de tambores de guerra que arrepiam a Europa. Detrás dos muros dos seus quartéis, se escutam acelerados passos

de coturnos nervosos indo e vindo e os gritos dos suboficiais mandando e desmandando. Estão se alistando para o que se prepararam a vida toda, mas que imaginavam improvável. Os olhos desorbitados de recrutas resignados parecem descrever seu imaginado trágico destino. Não se declama, nem se escreve, mas o murmúlio é ensurdecedor: "Aí vêm os russos! Aí vêm os russos!". A Terceira Guerra Mundial foi representada de forma indelével no futuro imaginado da sociedade europeia, mas sem que ela tivesse clara consciência das suas consequências.

Os militares, sabidos que são do preço existencial de uma guerra, afiam seus sabres num silêncio sepulcral. Diferentemente deles, e estimulados pelo lucro das empresas de armamento, são os políticos, desde as tribunas dos holofotes, quem vociferam aos quatro ventos "Guerra! Guerra!", porque no melhor dos casos ganham sua reeleição antes da guerra que talvez nem aconteça, e no pior dos casos perdem a eleição, mas terão onde raspar para manter sua vida parasitária. Tudo é oportunidade para eles, que não veem diferença entre a guerra real e os combates de videogame; entre o cheiro ácido de urina, fezes, sangue e medo e o ambiente perfumado dos seus escritórios. Os acadêmicos, oh! os acadêmicos... Muitos acadêmicos, pensando exclusivamente nas suas carreiras, se deixam levar pela sua fragilidade moral que os aproxima dos vozeiros oficiais que anunciam a fácil derrota do inimigo, sabendo por dever de ofício que na guerra não existe derrota fácil. Sua covardia intelectual os convence a aceitar a superficialidade manipulada dos acontecimentos para ganhar seus segundos de fama televisiva e, quiçá, um futuro contrato. Para os meios de comunicação o negócio não é a informação, mas a notícia. Entre uma verdade gratuita e uma dúvida rentosa não vacilam: noticia-se a dúvida como certeza inquestionável (haverá tempo para a desculpa se alguém reclamar).

Ante o ineludível futuro de um confronto mundial de consequências impensáveis, só resta preparar corações e mentes para enfrentar com inteireza e desprendimento (para justificar os gastos de uma guerra desnecessária) o drama final não buscado nem provocado, mas inescapável. O cenário está pronto para o último ato da obra começada na Segunda Guerra Mundial: a profecia autorrealizada.

Sobre os elementos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

16. De acordo com o texto, em contraste com os militares, que têm plena consciência do peso existencial e humano da guerra e se preparam em silêncio resignado, surgem os políticos, retratados de maneira crítica como figuras oportunistas e insensíveis.

17. No segundo período do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos do texto o deslocamento da partícula “se” para imediatamente após o verbo: **escutam-se**.

18. Segundo o autor, os políticos mencionados no texto promovem discursos inflamados, incentivando o conflito por interesse próprio, seja pela possibilidade de reeleição ou por ganhos pessoais derivados do caos. Para eles, a guerra não passa de um jogo lucrativo, distante da realidade dura e suja dos campos de batalha, uma realidade da qual sequer participam diretamente, protegidos pelo conforto e segurança de seus escritórios.

19. Os meios de comunicação surgem como outra força problemática dentro desse cenário pré-guerra, retratados como empresas interessadas mais na lucratividade e audiência do que no compromisso com a verdade e com a informação responsável. Eles preferem propagar dúvidas lucrativas como certezas absolutas.

20. No segmento “haverá tempo para a desculpa”, o verbo está flexionado no singular para concordar com “tempo”, seu sujeito.

LEI N° 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

21. Os Ministros civis do STM são escolhidos pelo Presidente da República, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, e dois dentre juízes federais e membros do Ministério Público Militar.

22. Cada Auditoria da Justiça Militar é composta por um juiz federal da Justiça Militar, um juiz federal substituto da Justiça Militar, um diretor de Secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, conforme previsto pelo Superior Tribunal Militar.

23. Na vigência do estado de guerra, a Justiça Militar atua por meio dos Conselhos Superiores de Justiça Militar.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO O REGIMENTO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

24. O Conselho de Administração será composto pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos obrigatoriamente entre os mais antigos, sendo sempre um civil e dois militares.

25. Nos casos de conflito positivo de competência, o relator, ao receber os autos, sempre determinará o sobrestamento do feito, independentemente de sua fundamentação.

26. Caso haja desistência ou abandono do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o Ministério Público Militar deverá assumir sua titularidade obrigatoriamente.

27. A Correição Parcial pode ser utilizada para corrigir arquivamento irregular decidido na primeira instância, em inquérito ou processo, nos casos de erro de procedimento.
28. A inclusão, alteração ou cancelamento de enunciados na Súmula do Superior Tribunal Militar pode ser feita por qualquer órgão do Tribunal.
29. Somente pelo voto de dois terços de seus membros poderá o Tribunal declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
30. Poderá haver sustentação oral no julgamento de Embargos de Declaração, mas não no de Arguição de Suspeição e/ou Impedimento.
31. A eleição do Presidente do STM ocorre por escrutínio secreto e exige a presença de dois terços dos membros do Tribunal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Herbert Almeida

Carlos, servidor público federal, decidiu ter um filho por meio de fertilização *in vitro* e barriga de aluguel. A criança nasceu sem que houvesse uma mãe registral, tornando Carlos pai solo, sem a presença materna na família. Após o nascimento, Carlos solicitou licença-maternidade, e não paternidade, argumentando que, por ser o único responsável pela criança, deveria ter o mesmo período de afastamento que seria concedido a uma mãe. No entanto, a administração pública indeferiu o pedido, concedendo apenas o prazo previsto para o genitor na legislação. Com base nas disposições

da Lei nº 8.112/90 e na jurisprudência aplicável, julgue os itens a seguir:

32. O servidor público pai solo tem direito à licença-maternidade, mesmo sem previsão legal expressa, pois a concessão desse benefício deve respeitar os princípios da isonomia e da proteção integral à criança.
33. A licença maternidade e a licença à adotante, na esfera federal, devem ser concedidas em prazos distintos, considerando que os cuidados da maternidade biológica exigem mais tempo de acompanhamento do que na adoção, especialmente quando a criança adotada possuir mais de um ano de idade.

Com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

34. Uma possível consequência da sindicância será a aplicação das penalidades de advertência ou de suspensão por até noventa dias.
35. A instauração do processo administrativo disciplinar pode ter como base uma denúncia anônima, desde que haja investigação preliminar que comprove indícios de materialidade dos fatos relatados.

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

36. O agente público poderá renunciar da sua competência administrativa, desde que haja interesse público envolvido devidamente justificado.

37. A delegação de competência pode ocorrer mesmo entre órgãos que não possuam relação hierárquica, desde que haja justificativa baseada em razões técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais.

38. A autoridade superior pode avocar competências de um órgão inferior, independentemente de justificativa expressa.

Nos termos das disposições da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir.

39. É requisito de escolaridade exido pela legislação para ingresso no cargo de Técnico Judiciário o curso de ensino superior completo.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO N. 351-2020, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

40. O assédio moral no ambiente de trabalho ocorre somente quando há intenção direta de prejudicar a vítima, sendo caracterizado pela prática de condutas abusivas com esse objetivo.

41. As ações de acolhimento e acompanhamento serão pautadas pela lógica do cuidado para pessoas expostas a riscos psicossociais da organização de trabalho e, portanto, terão o mesmo de procedimentos de natureza disciplinar.

42. A possibilidade de sugerir a realocação de servidores(as) afetados(as) por assédio ou discriminação é uma medida prevista para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

43. Por ser uma infração disciplinar de natureza grave, o assédio sexual pode resultar em sanções administrativas e, dependendo do caso, também em sanções penais.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

Ricardo Torques

44. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) será instituído por ato do Presidente do órgão do Poder Judiciário e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão

45. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

A unidade de sustentabilidade deve ter caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução

46. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

As ações culturalmente equânimes têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

47. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

Em relação às contratações sustentáveis, exige-se a adoção de instrumentos próprios, não podendo ser adotados guias já publicadas por outros órgãos públicos.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

48. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

A responsabilidade pelo ato de improbidade atribuído a uma pessoa jurídica recai apenas sobre o sócio que tenha participado do ato e obtido benefício.

49. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

50. Analise a seguinte afirmativa sobre ética, moral, princípios, valores e função pública.

A ética contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania em uma democracia, favorecendo o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A Constituição Federal de 1988 é classificada como normativa, pois regula efetivamente o processo político do Estado, limitando o poder e correspondendo à realidade política e social.

52. O método hermenêutico-concretizador, desenvolvido por Konrad Hesse, defende que a interpretação constitucional deve partir da análise estritamente literal do texto da Constituição, sem levar em consideração o contexto social e político em que está inserida.

53. De acordo com a CF/1988 e a jurisprudência do STF, os direitos fundamentais previstos no art. 5º são assegurados tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros residentes no país, mas não se estendem a estrangeiros em trânsito pelo território nacional.

54. O princípio da vedação ao retrocesso social impede que direitos sociais já reconhecidos sejam reduzidos ou suprimidos, sendo um obstáculo à diminuição do nível de concretização desses direitos pelo Estado.

55. No Brasil, a Federação é caracterizada pela descentralização do poder político entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo vedado o direito de secessão dos entes federativos.

56. A Administração Pública, em todos os seus níveis, deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo vedado ao administrador público atuar com base apenas em costumes, sem previsão expressa em norma jurídica.

57. O Poder Legislativo, no Brasil, exerce tanto funções típicas, como legislar e fiscalizar, quanto funções atípicas, como a administrativa e a de julgamento, sendo esta última exemplificada pelo julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.

58. O Superior Tribunal de Justiça é o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, responsável pelo controle de constitucionalidade das leis e pela guarda da Constituição Federal.

59. O Ministério Público, por possuir autonomia funcional e administrativa, pode representar judicialmente entidades públicas e exercer consultoria jurídica para órgãos da administração pública, desde que haja interesse social envolvido.

60. O filho de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil e que tenha nascido no exterior será considerado brasileiro nato se for registrado em repartição brasileira competente ou se residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

DIREITO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

61. A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue o item subsequente.

Comete crime propriamente militar o cidadão alistado para o serviço militar que, convocado à incorporação, apresenta-se dentro do prazo, mas ausenta-se antes do ato oficial de incorporação

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsequente.

62. O militar que cometer homicídio contra outro militar dentro de um quartel cometerá um crime

propriamente militar, pois o ato terá sido praticado nessa condição.

63. Acerca dos crimes militares, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um oficial foi preso em flagrante delito pelo cometimento de crime militar que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido denunciado e se tornado réu em ação penal militar. Nessa situação, a depender da gravidade, o juiz poderá aplicar a pena do crime consumado, sem diminuí-la.

64. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal.

Situação hipotética: Um soldado das Forças Armadas, no cumprimento das atribuições que lhe foram estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa, cometeu crime doloso contra a vida de um civil.

Assertiva: Nessa situação, o autor do delito deverá ser processado e julgado pela justiça militar da União.

65. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito do crime.

Situação hipotética: Durante operação conjunta das Forças Armadas, um sargento danificou patrimônio militar. Em sua defesa, ele argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado.

Assertiva: Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, será considerado excludente do crime, independentemente da valoração do bem sacrificado.

66. Acerca da aplicação da lei penal militar, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Hélio, que é soldado, desertou e, antes de ele se apresentar ou ser capturado, o CPM foi alterado para aumentar a pena do crime de deserção. Nessa situação, caso seja capturado futuramente, Hélio estará sujeito à nova pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

67. À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

Situação hipotética: Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a materialidade do delito não foi comprovada.

Assertiva: Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsequente.

68. À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.

69. À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

Situação hipotética: O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu.

Assertiva: Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.

70. Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada organização militar, um major cometeu crime militar e o comandante da unidade, dada a indisponibilidade de oficial de posto superior ao do indiciado, designou outro major, o mais antigo da unidade, para apurar os fatos por meio de IPM. Nessa situação, o ato de designação deverá ser considerado nulo: o IPM só poderá ser conduzido por oficial de posto superior ao do indiciado.

71. Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Um general, ao ser informado da prática de crime militar em uma organização militar a ele subordinada, sediada em outro estado da Federação, determinou ao comandante da unidade, por via radiotelefônica, a instauração de IPM. Nessa situação, mesmo considerando o caráter de urgência que a medida exigia, a ordem foi indevida em razão do meio de transmissão empregado e também pelo fato de que a única autoridade competente para determinar a instauração do IPM seria o próprio comandante da unidade onde ocorreu o crime militar.

72. No que diz respeito ao Processo Penal Militar, julgue o item que se segue.

O capitão que, por designação, conduzir IPM para apurar suposto crime militar praticado por um soldado poderá, no curso do inquérito, representar à autoridade judiciária militar para que seja decretada a prisão preventiva do indiciado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca da administração direta e indireta, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue os itens a seguir.

73. A criação de empresa pública ou sociedade de economia mista pelo Estado pode ocorrer de forma livre e discricionária pelo Executivo, desde que haja interesse público na atividade a ser explorada, independentemente de autorização legislativa.

74. A empresa pública é uma entidade de direito privado, criada por autorização legislativa e com patrimônio próprio, sendo seu capital integralmente detido pelo poder público.

Acerca dos poderes administrativos e do uso e abuso do poder, julgue os itens a seguir.

75. O abuso de poder ocorre apenas quando um agente público age de forma comissiva, ultrapassando os limites legais de sua competência.

76. A remoção de um servidor como forma de punição caracteriza desvio de poder, pois a finalidade do ato não condiz com o interesse público específico que deveria justificar sua prática.

Acerca das licitações e contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

77. A compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis poderá ser realizada por inexigibilidade de licitação, apenas no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.

78. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

79. O licitante vencedor deverá ser convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo improrrogável previsto no edital da licitação, sob pena de decair o direito à contratação.

Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

80. Na hipótese de o Presidente da República editar um ato normativo que ultrapasse o poder regulamentar, inovando indevidamente na ordem jurídica, ou se a lei delegada ultrapassar os limites estabelecidos pelo Legislativo, caberá ao Congresso Nacional sustar o ato normativo do Poder Executivo.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, com base nas disposições constitucionais e jurisprudenciais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

81. Em caso de morte ou ferimento ocorrido em operação de segurança pública com o uso de armas de fogo, o poder público pode ser condenado a pagar indenização às vítimas ou aos seus familiares, mesmo que não seja possível identificar a origem dos disparos.

82. É ônus probatório dos representantes legais da vítima a demonstração de eventuais excludentes de responsabilidade civil aplicáveis à situação.

No âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), um relatório sigiloso sobre estratégias de defesa cibernética das Forças Armadas foi produzido. A informação, considerada imprescindível para a segurança nacional, foi classificada como ultrassecreta. Entretanto, um jornalista solicitou acesso ao documento com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI), argumentando que, passados 15 anos da sua edição, o conteúdo deveria ser automaticamente tornado público. O pedido foi negado sob a justificativa de que ainda não havia transcorrido o prazo de sigilo para informações ultrassecretas. Diante dessa situação, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação, julgue os itens a seguir.

83. A classificação de informações como sigilosas deve seguir o critério menos restritivo possível, levando em consideração a gravidade do risco à segurança da sociedade e do Estado.

84. Caso uma informação seja classificada como ultrassecreta, o prazo de restrição será de até 25 anos.

Com base nas disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, julgue os itens a seguir.

85. É indispensável a exigência do consentimento do titular para o tratamento de dados pessoais, mesmo para os dados tornados manifestamente públicos por ele, como forma de resguardar seus direitos e os princípios previstos na LGPD.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

86. A função alocativa do governo justifica a intervenção estatal na provisão de bens públicos não rivais e não excludentes, como iluminação pública e defesa nacional.

87. O princípio da orçamento bruto determina que todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público sejam incluídas no orçamento.

88. O orçamento de base-zero exige que cada item de despesa seja justificado a cada novo ciclo orçamentário, diferentemente do orçamento tradicional, que considera o histórico de gastos anteriores.

Com base na Lei 10.180/2001, julgue o item a seguir.

89. As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas ou subordinadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do respectivo órgão setorial e também, no que couber, do órgão central do sistema.

90. O ciclo orçamentário é formado pelas fases de elaboração da proposta orçamentária, discussão e aprovação legislativa, execução e controle e avaliação.

91. Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação decorrente das emendas individuais e de bancada impositivas for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independará da adimplência do ente federativo destinatário e integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal.

92. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece limites para a elaboração das propostas de orçamento dos Poderes e órgãos autônomos.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), julgue as próximas assertivas.

93. A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde à soma de todas as receitas públicas arrecadadas no exercício, procedidas as deduções legais.

94. A dívida pública consolidada corresponde ao montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, bem como das operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

95. O Relatório de Gestão Fiscal, no último quadrimestre, conterà o demonstrativo da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar.

Os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal desempenham papel fundamental na organização das finanças públicas e na definição das políticas governamentais. Com base no texto constitucional, julgue o item a seguir.

96. A lei orçamentária anual poderá conter fixação de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Os créditos adicionais são instrumentos orçamentários previstos na Lei nº 4.320/1964 que permitem ajustes na Lei Orçamentária Anual (LOA) durante sua execução, garantindo maior flexibilidade na alocação dos recursos públicos. Sobre o tema, julgue o próximo item.

97. Os créditos suplementares são aqueles destinados a reforçar dotações orçamentárias já existentes e, diferentemente dos créditos adicionais especiais, já podem ser autorizados na própria Lei Orçamentária Anual.

Acerca da classificação da despesa pública, com fundamento no Manual Técnico Orçamentário vigente, julgue o item a seguir.

98. As atividades e projetos são componentes da estrutura programática da despesa pública, sendo que as atividades têm caráter contínuo e os projetos possuem prazo determinado.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca de gestão de pessoas e seus diferentes processos, julgue os itens a seguir.

99. A mudança é vista hoje como uma necessidade para a sobrevivência das organizações. A administração, ao usar o processo reativo de mudança realiza seu planejamento até o nível detalhado, visando diminuir as incertezas, pois é vista pelos gestores como uma ameaça.

100. A gestão de pessoas nas organizações deve priorizar a realização dos objetivos individuais dos empregados e, em seguida, orientar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.

- 101.** A metodologia de gestão por competências nas organizações públicas pressupõe a aplicação da uma etapa de mapeamento de competências, cujo objetivo é identificar as principais deficiências técnicas dos colaboradores da organização, a fim de promover programas de treinamento e capacitação eficientes.
- 102.** No processo de gestão do desempenho, o método da escolha forçada utiliza frases qualitativas e, segundo a literatura dominante, apresenta dificuldades de sua aplicação em decisões de avaliação, por isso deve ser acompanhado de outro método para ajudar nas decisões.
- 103.** A cultura e o clima organizacional são fatores que interferem diretamente nos resultados das organizações, tendo em vista que influenciam a motivação, o desempenho e a satisfação no trabalho. O iceberg da cultura mostra que os comportamentos e as premissas organizacionais fazem parte do nível dos artefatos e dos valores da organização, respectivamente.
- 104.** A modernização na gestão pública passa pelo treinamento e capacitação das pessoas, em suas habilidades, atitudes e conhecimento. O treinamento oferece capacitação voltada para o cargo e para o longo prazo enquanto o desenvolvimento oferece capacitação voltado para a pessoa e para o futuro.
- 105.** Atualmente, muitas organizações estão caminhando gradativamente do T&D para a educação corporativa, pois o T&D, pela sua própria natureza e configuração, é quase sempre local, tópico, Just in time, reativo, micro orientado e agregador. A educação corporativa apresenta a vantagem de ser holística, sistêmica, proativa e sinérgica.
- 106.** No processo de atração de pessoas aptas a trabalhar em organizações, o recrutamento interno é um processo que possui a vantagem de promover motivação nos colaboradores e a redução de custos em relação ao recrutamento externo.
- 107.** O conhecimento é uma mistura da experiência condensada dos valores, de informações contextuais e de insights (discernimentos) sucessivos de uma pessoa e que proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências, informações e conhecimentos. Quando o conhecimento para de evoluir, transforma-se numa opinião, num dogma ou numa mera rotina.
- Acerca das características das organizações formais modernas, julgue os itens a seguir.**
- 108.** A estrutura matricial é focada em resultados; a tomada de decisão é separada entre estratégia e execução e é recomendada para ambientes organizacionais heterogêneos.
- 109.** A estrutura funcional é focada em recursos, baseada no princípio da unidade de comando, tomada de decisão centralizada e recomendada para ambientes organizacionais estáveis.
- Acerca da gestão pública, gestão por resultados na produção dos serviços públicos, excelência governamental e processos participativos de gestão, julgue os itens a seguir.**
- 110.** A administração por resultados no Brasil tem inspiração nos modelos de gestão corporativa e foi muito influenciada pelos modelos britânicos e estadunidense, que, além de pregar o empreendedorismo governamental, defendia uma atuação reguladora.

111. Um dos principais objetivos da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública, a exemplo do orçamento participativo, cuja iniciativa se deu no âmbito do modelo gerencial.

112. A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Governança Pública e da implantação do modelo de gestão por resultados.

113. A excelência nos serviços públicos se utiliza de diversas ferramentas de gestão, a exemplo do benchmarking que visa buscar as melhores práticas, com vistas a competição pelos melhores resultados na gestão.

114. De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas que foram propostas desde a gestão científica até a gestão da qualidade total.

115. Nos anos 90 do século XX, com a reforma gerencial do governo de Fernando Henrique Cardoso, verificou-se, pela primeira vez, que os princípios rígidos da administração burocrática eram um empecilho para o desenvolvimento do Brasil.

Acerca da gestão de processos e da gestão de risco, avalie os itens a seguir.

116. No âmbito da gestão de processos em uma organização, os processos primários são relacionados a diretrizes e estratégias e os secundários propiciam apoio e condições para o processo principal.

117. A gestão de risco na administração pública é uma ferramenta projetada para apoiar o gestor na busca por ganhos de eficiência, de modo a melhorar a qualidade, a tempestividade e a eficácia dos serviços prestados, devendo ser dirigida, apoiada e monitorada pela alta administração.

118. No processo de gestão de risco, a fase de avaliação dos riscos se refere ao desenvolvimento da compreensão sobre o risco e à determinação do nível do risco.

GESTÃO DE RISCO. CONTROLE INTERNO

Tonyvan Carvalho

119. No que se refere ao controle interno, seus conceitos básicos, seus objetivos e sua estrutura, julgue o item a seguir.

O ambiente de controle é composto por elementos como integridade e valores éticos; compromisso com a competência; estrutura organizacional; atribuições de autoridades; e responsabilidades no ambiente de trabalho da entidade.

120. O conluio dos empregados é um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança absoluta da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
